



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° DE 2013
(Dos Srs Vanderlei Macris e Nilson Leitão)

Solicita seja convocado o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, **Sr. Jorge Hage**, para prestar esclarecimentos sobre o desvio de recursos do programa Fome Zero, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as providências eventualmente tomadas pelo órgão que chefia.

Senhor Presidente,

Requeiro que Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, convoque o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. **Jorge Hage**, para prestar esclarecimentos sobre o desvio de recursos do programa Fome Zero, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as providências eventualmente tomadas pelo órgão que chefia.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao conhecimento público, por meio de notícia veiculada na Revista VEJA do dia 27 de setembro do corrente ano, que o Ministro da Agricultura determinou o afastamento do diretor da Conab, Silvio Porto, por suspeitas de envolvimento no desvio de recursos do programa Fome Zero. Diz a notícia:

“Operação Agro-Fantasma

Ministro da Agricultura determina afastamento de diretor da Conab



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Silvio Porto é suspeito de envolvimento com quadrilha que desviava recursos do Fome Zero; Porto ficará fora do cargo até a conclusão das investigações

Hugo Marques, de Brasília



Porto ficará afastado até o fim das investigações (Elza Fiúza/ABr)

O ministro da Agricultura, Antonio Andrade, determinou nesta sexta-feira o afastamento temporário do diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, [Sílvio Porto](#). Ele ficará fora do cargo até a conclusão das investigações sobre um esquema de corrupção desmontado nesta semana Polícia Federal (PF). Porto, vinculado ao PT, é suspeito de envolvimento com uma quadrilha que [desviava recursos do Fome Zero](#). A decisão foi tomada em uma reunião entre o ministro e o presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos.

A Operação Agro-Fantasma, como o próprio nome diz, detectou que o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, é em grande parte uma simulação de produção e de entrega de alimentos. Os produtos não existem, compradores e vendedores não existem, mas o dinheiro existe. Para desviar os recursos públicos, a Conab autorizava repasses para associações e cooperativas rurais, o grande público que vota no PT no campo, utilizando nomes de produtores rurais e notas fiscais frias e superfaturadas.

“A Conab sabia das irregularidades e fazia relatórios falsos para continuar distribuindo dinheiro do programa”, diz o delegado Maurício Todeschini, que coordenou a operação. “Os coordenadores do programa nos municípios eram os principais responsáveis pelos desvios, com a conivência da Conab no acobertamento das irregularidades”.

Um batalhão de 200 policiais cumpriu 92 mandados no Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul para recolher documentos, prender onze pessoas e indiciar 58 envolvidos com as fraudes. Assim que os agentes encerraram a operação, começaram a receber denúncias de desvios envolvendo a Conab em Sergipe e na Bahia. Silvio Porto não foi preso, mas teve de ir à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Superintendência da PF em Brasília para dar explicações. Na ocasião, alegou que não tinha tido acesso às investigações que posteriormente daria satisfações.

Há dez anos, o presidente Lula lançou o PAA, um dos braços do programa Fome Zero para levar alimentos às comunidades pobres. Os produtos são comprados pela Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, e doados a entidades assistenciais, restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias. Lula escolheu pessoalmente, em janeiro de 2003, o principal responsável pelos programas sociais da Conab, o diretor Silvio Porto.

Petista do Rio Grande do Sul, homem de confiança da presidente Dilma Rousseff e do ministro Gilberto Carvalho, Silvio administrava mais de 1 bilhão de reais por ano em compras que são feitas sem licitação e quase sem nenhum controle. O PAA ajudou na escolha de José Graziano da Silva para a diretoria-geral da FAO, a agência da ONU para agricultura e alimentação. O programa também serviu para neutralizar a ação de muitos movimentos sociais, pois os sem-terra estão entre os beneficiários, seja recebendo comida enquanto acampados ou vendendo ao governo quando assentados.

Investigação – A operação deflagrada pela Polícia Federal na semana passada mostrou que boa parte do dinheiro do programa foi desviada. Os investigadores que acompanharam a ação acreditam que as fraudes tenham surrupiado mais de 30% de todo o dinheiro do programa, que movimentou 5 bilhões de reais em dez anos.

A PF fez um trabalho detalhado em quinze municípios paranaenses e outros dois municípios de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Os agentes visitaram as propriedades que supostamente teriam sido beneficiadas com uma boa parcela dos bilhões administrados por Silvio Porto. Há o caso de um pequeno pecuarista que teria vendido grande quantidade de leite para a Conab. Quando os policiais chegaram lá, o pecuarista desmentiu que tenha vendido leite para o órgão e disse que tem apenas um boi, um bezerro e uma vaca que há muito tempo não dá leite.

Há o caso também de outro agricultor que a Conab diz ter comprado produtos. O agricultor ficou preocupado com a versão dos agentes e pediu que não alardeassem que ele tinha tanta produção em sua propriedade, com medo de sua mulher desconfiar que fosse rico e tivesse outra propriedade e outra família. “O agricultor disse que não tinha comida nem para botar na mesa para a família e a Conab insistia que ele vendia sua produção para o governo”, diz um dos investigadores.

A PF conseguiu localizar a assinatura de Silvio Porto em negócios autorizados com associações reincidentes nas fraudes.

Confiança – Silvio Porto goza de tanta confiança das autoridades do governo que não perdeu o cargo na semana passada, quando a Conab afastou outros sete funcionários envolvidos com as fraudes. Mas foi indiciado nos crimes de peculato culposo, prevaricação, formação de quadrilha e estelionato. E só ele poderá dar explicações, pois Porto tinha total controle sobre sua área na Conab.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Como diretor de Política Agrícola e Informações, Porto tinha a função de planejar, coordenar e acompanhar as políticas ligadas à agricultura familiar, tecnologia da informação, informações agrícolas de abastecimento, análise de mercado, geração de estudos agrícolas e formação de estoques.

A Conab tem um presidente e quatro diretores, mas Porto quase nunca dava satisfações ao colegiado sobre sua área específica. O poder dele na Conab é tão grande que ao longo da semana vários servidores do órgão foram proibidos de falar sobre a operação.

A Conab já foi alvo de inúmeros escândalos. No último, em 2011, o diretor Oscar Jucá, irmão do líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR), denunciou que a companhia era fatiada por PMDB e PTB e que havia esquema de corrupção na Conab. "Ali só tem bandido", disse Oscar Jucá. Mas o que não se sabia ainda é que a fatia controlada pelo PT na Conab é talvez a que mais desvia dinheiro público."

O Jornal "O Estado de São Paulo", em sua versão online de 24 de setembro do corrente ano, a seu turno, divulgou a seguinte notícia:

"Afilhado de Carvalho é indiciado após operação da PF

EDUARDO BRESCIANI - Agência Estado

A Operação Agro-Fantasma, deflagrada nesta terça-feira, 24, pela Polícia Federal, teve como um dos alvos o diretor de política agrícola da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Sílvio Porto. Filiado ao PT, Porto tem entre seus padrinhos políticos o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. A operação investigou suspeitas de desvios de recursos do programa Fome Zero.

De acordo com as investigações, as fraudes ocorriam dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que envolve a compra da produção da agricultura familiar e é um dos principais braços do Fome Zero. Iniciada em 2011, a operação apurou fraudes em 14 municípios paranaenses, algumas delas como a emissão de notas fiscais com quantidade superior de produtos em relação ao que efetivamente foi entregue.

Porto é filiado ao PT gaúcho e sua permanência na Conab no governo Dilma Rousseff é atribuída a Carvalho. A assessoria do ministro afirma que não há "relação próxima" entre os dois e que Carvalho conhece Porto apenas por sua atuação na administração federal.

O diretor de política agrícola da Conab foi conduzido coercitivamente pela PF para prestar depoimento e indiciado. Diferente do que ocorreu com outros servidores, porém, não houve determinação judicial de seu afastamento do cargo.

Segundo a PF, foram cumpridos na operação 11 mandados de prisão preventiva, sete de suspensão cautelar de função, 37 de busca e apreensão e 37 de condução coercitiva para prestar depoimento. Os afastados são da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

cúpula da Companhia no Paraná, entre eles o superintendente Luiz Carlos Vissoci. Os crimes investigados são de apropriação indébita previdenciária, estelionato contra a Conab, quadrilha ou bando, falsidade ideológica, ocultação de documento, peculato doloso, peculato culposo, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, condescendência criminosa e violação de sigilo funcional.

Em nota, a Conab diz não ter acesso ao processo, protegido por segredo judicial. Confirma que Porto prestou depoimento, mas diz que ainda aguarda conhecimentos dos autos para se posicionar. Ressalta ainda que a companhia colabora com as investigações desde 2011 tendo fornecido informações e documentos à PF. Destaca ainda que por orientação da Controladoria-Geral da União tem realizado mudanças no programa alvo da operação.”

O Jornal “Folha de São Paulo”, em 24 de setembro de 2013, também publicou a seguinte notícia:

Conab afasta sete no Paraná, mas mantém diretor petista indiciado pela PF

FERNANDA ODILLA
DE BRASÍLIA

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) afastou sete integrantes da cúpula do órgão no Paraná depois que a Polícia Federal deflagrou nesta terça-feira (24) operação para conter desvios de um dos programas do Fome Zero. Por ora, contudo, manteve no cargo o diretor de política agrícola e informação Sílvio Porto. Filiado ao PT desde 1995, ele foi prestou depoimento na PF e foi indiciado nesta terça por pelo menos três crimes: estelionato, peculato e formação de quadrilha.

Segundo a Conab, a PF investiga irregularidades no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que faz compra direta e doação simultânea para a agricultura familiar. Informou ainda que tem colaborado com a polícia desde 2011.

Por meio de nota divulgada na tarde desta terça, a Conab informou que sete funcionários da superintendência do órgão no Paraná foram afastados até a conclusão das investigações e foi nomeado um superintendente substituto para tomar as providências necessárias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PF deflagra operação Agro-Fantasma para combater desvio de recursos públicos de um dos programas do Fome Zero

Sobre o caso do petista Sílvio Porto, a Conab decidiu mantê-lo no cargo. "O diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia, área responsável pela operacionalização do PAA, prestou esclarecimentos na Polícia Federal e foi liberado em seguida, mas ainda aguarda acesso ao processo para se posicionar", diz a nota do órgão.

O delegado responsável pela investigação, Maurício Todeschini, diz que há despachos de Sílvio Porto autorizando pagamentos para um dos 15 municípios investigados mesmo com suspeitas de que havia irregularidades.

BALANÇO

A operação Agro-Fantasma foi deflagrada nesta terça pela PF e mobilizou cerca de 200 policiais que cumprem 92 mandados no Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Dos 92 mandados, 11 eram de prisão e foram todos cumpridos. A PF ainda prendeu mais três pessoas por porte ilegal de armas. Também foram cumpridos 37 mandados de busca, 37 de condução coercitiva e sete de afastamento cautelar do cargo.

Ainda não há estimativa do rombo que a quadrilha causou aos cofres públicos. Mas, segundo a PF, toda a cúpula da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) do Paraná foi afastada.

Depois de dois anos de investigação, a polícia identificou um grande esquema que desviou recursos de um dos programas do Fome Zero, chamado de PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). De acordo com o delegado federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Maurício Todeschini, foi constatada a simulação de produção e entrega de alimentos feitas pela Conab em diferentes cidades.

"A Conab sabia das irregularidades e fazia relatórios falsos para continuar distribuindo dinheiro do programa", afirmou Todeschini, responsável pela operação que já indiciou 58 pessoas por 11 crimes, entre eles apropriação indébita, falsidade ideológica e estelionato contra a Conab.

As investigações começaram no Paraná, mas a polícia acredita que o esquema pode se repetir em outros Estados. "Não pegamos nem metade", afirma o delegado.

RESPOSTA

Por meio de nota, a Conab esclareceu ainda que, desde 2012, tem adotado recomendações da Controladoria-Geral da União para implementar e aprimorar "procedimentos operacionais e de controle gerencial do programa, tais como: padronização de rotinas procedimentais; implantação de procedimentos de acompanhamento e supervisão das operações; institucionalização de um Plano Nacional de Fiscalização".

"No sentido de qualificar o Acompanhamento da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab instituiu em 2013 um Plano Nacional de Fiscalização, por amostragem aleatória, das operações do PAA. De janeiro a junho deste ano foram vistoriados 240 projetos em 20 estados, de cerca de 2 mil projetos em todo o país", diz o órgão.

A nota esclarece ainda que "em razão das denúncias que deram origem às investigações da PF, o estado do Paraná foi considerado prioritário no Plano Nacional de Fiscalização. De 121 projetos no estado, 21 foram fiscalizados pelos técnicos da Conab, sendo 3 projetos considerados regulares, 11 com ressalva, 2 irregulares e 5 projetos que ainda não entraram em execução. Foram visitados 86 produtores, 85 entidades beneficiárias e 19 parceiros."

OPERAÇÃO AGRO-FANTASMA

Polícia Federal investiga desvio de recursos públicos em programa do governo federal

O que é *Esquema desviou recursos do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), um dos eixos do Fome Zero*

Como funcionava *Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) simulava produção e entrega de alimentos em municípios do Paraná*

Envolvidos *A PF indiciou 58 pessoas, entre elas o diretor de política agrícola do órgão, Sílvio Porto, suspeitas de terem cometido 11 crimes*

14 *pessoas foram presas.*

Ainda na Revista VEJA, em sua edição de 02 de novembro de 2013, foi publicada a seguinte notícia:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Roubando dos pobres

Dirigentes de uma cooperativa ligada ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) são presos. A acusação: eles desviaram dinheiro público que deveria ser usado para comprar alimentos para creches, escolas e hospitais

Hugo Marques

Os velhos coronéis sempre usaram a pobreza e a miséria como trampolim para fazer política. manter o poder e amealhar fortuna. Essa tradição brasileira está em pleno processo de transformação — mas não na direção que o país gostaria. Entidades que historicamente empunharam bandeiras em defesa da distribuição de renda e da redução da desigualdade passaram a agir exatamente como os caciques que combatiam. surrupiando recursos que deveriam ser destinados à melhoria da qualidade de vida dos mais carentes. É o caso do Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Hoje vivendo à custa de verbas governamentais, o MST já foi flagrado vendendo lotes de terrenos, destruindo mata nativa protegida pelas leis ambientais e cometendo uma série de outros delitos. Agora, membros do MST ligados à Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante (Coana) foram mais fundo no Código Penal. A Coana deveria comprar arroz e leite de pequenos agricultores e destinar os alimentos a crianças de creches, escolas e hospitais. O problema é que a Coana recebia do governo, mas não entregava toda a contrapartida. Ou seja: não comprava os alimentos dos pequenos produtores, muito menos levava a mercadoria à mesa de quem aguardava por ela. O dinheiro simplesmente desaparecia. O centro das fraudes era o município de Querência do Norte, no Paraná. Lá, a cooperativa do MST mostrou que aprendeu rapidamente com as raposas com as quais duelava no passado. Uma investigação da Polícia Federal mostrou que a Coana forjou um cadastro de fornecedores e deixou de distribuir os alimentos às crianças da região na medida acordada. Há casos de produtores de leite cadastrados pela cooperativa que nem sequer tinham vacas. A falcatura levou Marli Brambilla, a principal coordenadora da Coana à prisão. Seu marido Jaime Dutra Coelho, um dos líderes do MST no oeste do Paraná, também foi detido para prestar esclarecimento. Coelho já havia frequentado as páginas policiais dos jornais em 1999 quando foi flagrado em escutas telefônicas ameaçando uma juíza de morte.

A PF começou a investigar esse esquema criminoso em 2011 quando foram descobertos negócios fictícios entre a cooperativa e a estatal Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No inquérito, há fartas evidências das irregularidades e pistas sobre cúmplices eventuais. Em meio ao material apreendido na casa dos coordenadores da Coana, a Polícia Federal encontrou cópia de uma carta endereçada a Gilberto Carvalho, secretário-geral da Presidência. No texto, Marli e Jaime avisam a Carvalho que já conseguiram "colocar" na Conab 1 600 toneladas de arroz. O significado do verbo "colocar" usado na carta é incerto. Os criminosos, porém, informam o ministro Carvalho sobre o apoio do petista Silvio Porto, diretor de política agrícola da estatal. Em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

setembro, Porto foi indiciado pela PF pela autoria de quatro crimes no esquema Coana-Conab.

Na carta, os coordenadores da Coana lembram que negociavam também com a então senadora Gleisi Hoffmann — a atual ministra da Casa Civil e pré-candidata ao governo do Paraná — e com o deputado federal Zeca Dirceu, ex-prefeito de Cruzeiro do Oeste (PR) e filho do mensaleiro José Dirceu. A PF descobriu ainda o registro de uma reunião — "dentro de um contexto eleitoral" — entre os coordenadores da Coana e o gerente de Programação Operacional da Agricultura Familiar, Paulo Coutinho. Segundo a PF, Porto e Coutinho foram alertados das fraudes praticadas, mas, mesmo assim, avalizaram as operações. Procurados por VEJA, o MST e a Coana disseram que Marli e Jaime estavam viajando e não comentariam o caso. Os dois muito provavelmente vão receber o mesmo tratamento dispensado ao companheiro Sílvio Porto. Quando as fraudes entre assentados e Conab foram reveladas, o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, anunciou a demissão de Porto, cujo maior sonho é assumir a presidência da Conab. A exoneração foi barrada pela Secretaria-Geral da Presidência e pela Casa Civil. O recado foi claro: o companheiro Porto está ajudando as Marlis e os Jaimes a "colocar" com respaldo de cima. Os aproveitadores da miséria continuam usando os mesmos métodos de outrora. Só que agora são todos companheiros."

Demais disso, o jornalista Cláudio Humberto, em sua coluna no sítio eletrônico "Diário do Poder", de 06 de novembro de 2013, escreveu:

"PF PEDE PRISÃO DE DIRETOR DA CONAB E MAIS NOVE

Está nas mãos do juiz Sérgio Fernando Moro, do Tribunal de Justiça do Paraná, um pedido de prisão preventiva da Polícia Federal contra dez dirigentes da Cia Nacional de Abastecimento (Conab), inclusive seu diretor, Sílvio Porto, ligado ao secretário-geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho. Esta coluna apurou que a PF está convencida de que Porto seria o cabeça de suposta quadrilha acusada de desviar recursos do programa federal Fome Zero.

FANTASMA

Sílvio Porto chegou a ser preso pela PF quando foi deflagrada a Operação Agro-Fantasma, que investiga os rombos ao Fome Zero.

BEM ACIMA

Porto comprou sem licitação R\$ 11 milhões em suco de uva de duas cooperativas gaúchas, e o limite legal é R\$ 1,5 milhão para cada uma.

COSTAS QUENTES

O diretor da Conab é acusado de usar a ligação a Gilberto Carvalho para ignorar sua subordinação ao ministro da Agricultura."



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Portanto, diante dos fatos ora apresentados, entendemos que a presença do Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage, nesta Comissão, é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos.

Sala da Comissão, em de novembro de 2013.

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB-SP

Deputado **NILSON LEITÃO**
PSDB-MT (Líder Minoria)